



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
À PRESIDÊNCIA

Remetidas ao Governo

29 / 07 / 2009

o Presidente,

Zuraida Soares

**Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores**

Assunto: Pedido de resposta escrita ao Governo Regional dos Açores/Secretaria Regional do Ambiente e do Mar

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa e a V. Ex.^a, para efeitos de admissão, perguntas com pedido de resposta escrita, direccionadas ao Governo Regional, nomeadamente, à Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 182.º n.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Ponta Delgada, 24 de Julho de 2009

Com os nossos melhores cumprimentos,

A Presidente do Grupo Parlamentar do BE/Açores

Zuraida Soares

(Zuraida Soares)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ARQUIVO

Entrada 3338 Proc. Nº 54-06-02

Data: 09/07/29 Nº 125/17



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



**Exmo. Senhor Secretário Regional
do Ambiente e do Mar**

Exmo. Senhor,

Conforme é do seu conhecimento, existe uma situação muito pouco clara, relativamente ao destino a dar aos resíduos resultantes da demolição e construção do Projecto de Execução da SCUT da ilha de S. Miguel.

Inúmeras são as queixas dos proprietários, após serem contactados pela entidade concessionária da obra em questão, por exemplo, para deposição de material excedentário, sendo que o que está em questão são terrenos agrícolas férteis, assim como a deposição de terras em linhas de água. Sendo certo que se é à entidade Concessionária que cabe a escolha e negociação dos vazadouros, certo é que é o Governo Regional o responsável pela autorização dos locais escolhidos, tendo em conta o impacto ambiental, tal como o interesse dos cidadãos.

Nos Relatórios de Conformidade Ambiental do Projecto de Execução de Concessão da SCUT da ilha de S. Miguel - Lanço 3.1 e 3.2 - Barreiros/Algarvia e Algarvia /Nordeste, que decorre do Estudo de Impacto Ambiental feito à obra em questão, pode ler-se que o mesmo (Estudo de Impacto Ambiental) integra, entre várias vertentes, um plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, bem como o estudo e análise ao modo como os recursos hídricos superficiais são afectados pela construção e exploração da obra. Ainda, no mesmo documento, está previsto, relativamente às terras sobrantes, que as mesmas sejam depositadas em vazadouros, localizadas na envolvente ao projecto, a serem recuperados, em fase posterior, paisagisticamente.

Várias poderão ser as alternativas, como já foram adiantadas por algumas associações ecológicas regionais, tal como: pedreiras com necessidade de recuperação paisagística, aterros de resíduos inertes, em local apropriado, sem que se afectem as áreas agrícolas rentáveis, como tudo indica estar a ser negociado pela empresa concessionária EuroScut.

Tendo em conta que do Estudo de Impacte Ambiental decorrem os procedimentos operacionais de gestão ambiental a implementar pela entidade concessionária e cujo objectivo é essencialmente, a minimização dos impactes ambientais associados à empreitada de construção, bem como o cumprimento dos requisitos legais.

Consta que existirão cerca de três milhões de metros cúbicos de terra excedentária, sendo o custo de mobilidade de cada metro cúbico de 16 cêntimos.



Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores



Face a isto importa saber se a empresa concessionária, por motivos economicistas, está a por em causa o equilíbrio ambiental e o interesse das populações.

No Plano Geral de Acompanhamento Ambiental, está previsto o acompanhamento da obra em questão, permitindo verificar, de modo eficiente e atempadamente, problemas ambientais decorrentes da construção e a consequente adopção de medidas preventivas ou correctivas. Tendo em conta que, no âmbito da empreitada de construção todas as actividades desenvolvidas devem respeitar o planeamento e gestão ambiental no cumprimento das directrizes preconizadas nos Procedimentos Operacionais de Gestão Ambiental;

Vem o Bloco Esquerda /Açores nos termos estatutários e regimentais interpelar V. Exa. nos seguintes termos:

- Qual a posição da Secretaria do Ambiente e do Mar, relativamente a esta matéria e que medidas está a desenvolver, no sentido de assegurar o maior equilíbrio ambiental possível e minimização dos danos ambientais desnecessários que a situação, em apreço, acarreta?
- Solicitamos que nos seja fornecido cópia do Contrato Público de Concessão da Empreitada para o Projecto de Execução e Concessão da SCUT da Ilha de S. Miguel.
- Solicitamos cópia do Estudo de Impacte Ambiental da SCUT da Ilha S. Miguel (Nordeste)

Ponta Delgada, 24 de Julho de 2009

Com os melhores cumprimentos,

A Presidente do Grupo Parlamentar do BE/Açores

(Zuraída Soares)